

“INFÂNCIA ROUBADA”

Rosana Nardi Theodoro Lemes

rlemes@seed.pr.gov.br

Professora licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Londrina, e especialização em Deficiência Auditiva pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina – Cesulon – Unifil. Profª Orientadora PDE: Mestre Virginia Lara de Andrade Maistro.

LONDRINA
2008

RESUMO

Este estudo teve como objetivo desmistificar as informações que muitos de nossos alunos trazem sobre a sexualidade, com enfoque especial ao tema abuso sexual infantil, ao levar informações a respeito, que ajudem na orientação, prevenção e proteção às crianças e adolescentes. A escola mostra-se como ambiente favorável para realizar, sobre o tema, um amplo debate de forma a auxiliar a intervenção em casos de abuso sexual infantil, considerando que o agressor geralmente encontra-se no seio familiar, e que estas crianças freqüentam regularmente a escola. Com a finalidade de garantir a qualidade de vida e promover a cidadania dos alunos, dentro deste espaço social que é a escola, torna-se necessário conhecer as informações que eles trazem a respeito do tema. Neste foi abordada esta questão com turmas de 5ª séries do ensino fundamental, por meio de dinâmicas em sala de aula, de forma divertida, com abertura de espaços para debates, diálogos e trocas de experiências. Levantaram-se focos de interesse junto aos adolescentes, para posteriores reflexões em sala de aula. Os resultados indicam que a maioria dos alunos do ensino fundamental chega à escola com informações insuficientes sobre o tema, apresentando muitas carências como conceitos, o aspecto afetivo, econômico e ainda permanece o “muro do silêncio”, quando se trata do tema abuso sexual.

PALAVRAS CHAVE: Sexualidade, Abuso Sexual Infantil, Prevenção, Proteção.

STOLEN CHILDHOOD

Abstract

The objective of this study was to demystify the information that many of our pupils have on the sexuality, with special an approach to the subject of child sexual abuse, containing information about it, that help in the orientation, prevention and protection to the children and teenagers. The school is revealed as a favorable place to perform an ample debate on the subject, what assists in the intervention in cases of child sexual abuse, considering that the aggressor is generally found inside the family, and that these children regularly go to school. With the purpose of guaranteeing the quality of life and of promoting the citizenship of our pupils inside this social space that is the school, it becomes necessary to know the information that they have regarding the subject. In this context we approach this question for groups of 5th grades of basic education, using classroom dynamics, in a fun way, opening spaces for debates, dialogues and exchanges of experiences, raising points of interest with the teenagers, for later reflections in the classroom. The results indicate that the majority of the pupils of basic education arrive at the school, with insufficient information on the subject, presenting many lacks such as the concepts, the affective and the economic aspects, and that the “wall of silence” still remains, when sexual abuse is the subject.

KEYWORDS: SEXUALITY, CHILD SEXUAL ABUSE, PREVENTION, PROTECTION

A sexualidade é uma energia vital que nasce com o ser humano e continua até sua morte. Essa função é responsável pela reprodução da espécie. Tem no ser humano a especificidade de transcender o aspecto meramente biológico por manifestar-se também como um fenômeno psicológico e social. Na adolescência, a sexualidade tem uma dimensão especial, pois é nesta fase que se manifestam a capacidade reprodutiva do ser humano e a configuração de sua identidade sexual. Estes adolescentes buscam novos referências de vida e deparam-se com uma pluralidade de normas, valores, crenças, freqüentemente contraditórias.

A sociedade emite mensagens conflitantes sobre sexualidade. Aceita e até incentiva sua banalização, deixando que as crianças e adolescentes sejam bombardeados pelos estímulos erotizantes da mídia, ao mesmo tempo em que os adultos têm dificuldades em abordar o assunto com os jovens.

Torna-se, então, extremamente difícil instrumentalizar os alunos a respeito do tema, pois eles chegam à escola com imagens distorcidas, conceitos errados, atitudes e valores desregrados que não condizem com o que vem a ser sexualidade humana.

Neste contexto é importante inserir o tema sexualidade, tão difícil de ser tratado, mas que em sua essência é uma manifestação ontológica da condição humana, uma constituição intrínseca do ser humano (Nunes e Silva, 1997), tem início já na infância, quando a criança tem seu primeiro contato com a realidade através da alimentação, do carinho materno, dos primeiros contatos físicos, e das primeiras sensações de prazer e desprazer. Nessa etapa surge a curiosidade sexual, que impulsiona as primeiras descobertas sobre sexo, deixando dúvidas que se não forem esclarecidas provocam conflitos, ansiedades, tensão, agressividade e medo.

Na fonte desses sentimentos, destacamos o abuso sexual infantil como forma de violência contra a criança ou adolescente. Por isso a importância da educação sexual nas escolas, que precisa acontecer como um processo espontâneo e normal em suas vidas, e não de forma isolada de seu contexto social.

Deve envolver todos os aspectos: psicológicos, afetivo, social, econômico e histórico, numa forma de superação de conceitos estereotipados e repressores que têm formado a estrutura da sexualidade humana, advindos do mundo externo como a mídia, a sociedade, a estrutura familiar que cerceia estes jovens, e que influencia seu comportamento a ponto de ser percebido nas escolas.

Por meio de alguns questionamentos em sala como local de moradia, onde os pais trabalham, quantas pessoas há na família, quantos trabalham, qual a renda da família, foi analisada, de um modo geral, a parte familiar dos alunos que interfere grande parte do tempo no ambiente escolar. Essa análise questionou de quem é a responsabilidade de desmistificar os conceitos e as formas de apresentação com que o tema sexualidade chega aos alunos.

Durante as pesquisas e aplicações das dinâmicas, foi possível perceber que a sexualidade é uma das questões que mais têm trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores, no seu trabalho cotidiano de ensinar. A dificuldade ocorre porque a escola é desafiada a entrar num campo onde costuma perdurar a incompreensão, a improvisação do senso comum, o repetir de preconceitos e, quase sempre, o descaso no tocante aos estudos sobre sexualidade.

Para melhor ampliar a compreensão, faz-se necessário definir o termo sexualidade: Segundo Figueiró (2006), sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético.

A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte do corpo”.

A esse respeito, afirma Nunes:

“A sexualidade humana é qualitativamente diversa da sexualidade (sexo?) animal; nela estão embutidos valores da comunidade humana, da história social, da economia, da cultura e até da espiritualidade conquistada na lenta construção da identidade do homem realizada pelo ser humano na sua trajetória histórica”. (NUNES. 1996: 145).

De acordo com Suplicy (1990: 22), Sayão (1997:111), Egyto (2003:13) e Ribeiro, P. R. M. (1990:2), a educação sexual pode ser considerada como um conjunto de valores transmitidos pela família, no contato cotidiano com os pais e no ambiente social, valores que acompanham a pessoa durante toda a vida, com influências da cultura, da mídia (rádio, TV, revistas), dos amigos (as), da escola, e permitem incorporar símbolos, preconceitos e ideologias.

A manifestação da sexualidade dos alunos no espaço escolar ou, mais comumente, seu comportamento na sala de aula está, de modo geral, exacerbada, tendo em vista a forma como a sociedade atual e os meios de comunicação têm abordado o tema. Este tipo de comportamento tem afetado diretamente todo o processo ensino-aprendizagem.

Segundo Nunes e Silva (2006), se quiséssemos representar duas atitudes comuns de pais e educadores sobre a sexualidade em duas tipologias usando metáforas dominantes, poderíamos citar a “pedagogia do bombeiro“, entendida como aquela intervenção unilateral de supostamente “apagar focos de incêndios”, no tocante às curiosidades sexuais dos alunos, ou a “pedagogia do avestruz“, entendida como aquela atitude de “fingir que não vê“, e enterra a cabeça na areia do dia-a-dia, para não focar a questão. Trata-se de limites de nossa formação, de impedimentos de nossa cultura e informação sobre o tema. Daí a importância de entender-se o papel da educação sexual nos currículos escolares.

De acordo com Sayão (1997), a educação sexual ocorre, na verdade, desde o nascimento. É predominantemente no território familiar, da intimidade, que são transmitidas à criança as primeiras noções e valores associados à sexualidade, em geral, não explicitamente. O comportamento dos pais em si, na relação com os filhos, no tipo de recomendações, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, transmite os valores que a criança incorpora. O fato de a família possuir valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças.

Seria muito importante que a família se dispusesse a buscar informações e reflexões sobre a sexualidade e a melhor forma de lidar com esses assuntos, pois é obrigação dos pais educar seus filhos para a vida, e por essa razão, não podem dar continuidade a uma educação dissociada onde se valoriza o intelectual, o social, o espiritual, deixando de lado o afetivo-sexual.

Ainda de acordo com Sayão (1997), evidenciar este assunto como os outros, é respeitar o filho de forma integrada e é ainda a prevenção de tantos problemas que envolvem o sexo e a sexualidade do indivíduo e da sociedade.

Maistro (2006:14) argumenta que o ideal seria que a família desse mais oportunidade de se abrir espaços para o filho falar o que pensa e sente, pois é ela que detém esta proximidade, a presença diária, e talvez, por estas razões, ela conseguiria fazer melhor este papel que qualquer outra instituição, e enfatiza que talvez estes pais não tiveram oportunidade de terem maior contato com o tema sexualidade para se sentirem aptos a lidarem com esses assuntos perante seus filhos.

Contudo, percebemos com a realidade de nossas escolas, que a maioria das famílias tem abandonado seus filhos quanto a qualquer tipo de “educação” ou estabelecimento de valores e conceitos, motivo pelo qual é tão difícil trabalhar conceitos e valores com nossos alunos. Inevitavelmente, surge a pergunta: que metodologia deve-se usar para conseguir transmitir algo?

As respostas obtidas dos alunos são manifestações como palavrões, carícias, malícias, revistas pornográficas, brincadeiras erotizadas, curiosidades sobre o corpo do colega, como os bebês nascem, desenhos representativos dos órgãos sexuais nas carteiras, preservativos na sala, gestos obscenos e outros, sempre de forma a banalizar a situação.

Por outro lado, programas jornalísticos e científicos, campanhas de prevenção da ‘AIDS veiculadas na TV enfocam a sexualidade nas informações dirigidas a um público adulto. Mas as crianças também os assistem, e como não podem compreender por completo o significado dessas mensagens, constroem, por vezes, conceitos e explicações errôneas sobre o assunto.

A sexualidade invade por completo os espaços escolares, ela não está só nas portas de banheiros, carteiras, roupas usadas pelos alunos. Suas atitudes no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela.

No cotidiano escolar, quando se proíbe certas manifestações, quando se faz intervenção junto a um aluno que “se excedeu”, ou quando se convoca os pais para uma conversa reservada, em todas essas situações se reproduzem valores morais, mais ou menos rígidos, dependendo do profissional que protagoniza uma dada situação.

E é exatamente por reconhecer o importante papel da escola na construção dos aspectos concernentes à sexualidade que se fundamenta a proposta de que a escola realize a denominada educação sexual. Quanto à questão metodológica, pretende-se aqui mostrar que o modelo que melhor se enquadra diante do exposto é o modelo pedagógico da problematização das questões trazidas pelos educandos.

Trata-se, no entanto, de um processo de intervenção planejada, intencional e sistematizada, que inclui o esclarecimento das dúvidas, o questionamento das posições estanques e a ressignificação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança ou jovem.

De acordo com Sayão (1997), o trabalho de educação sexual desenvolvido pela escola deve diferenciar-se, pois, da abordagem assistemática realizada pela família, principalmente no que diz respeito à transmissão dos valores morais indissociáveis à sexualidade.

Se, por um lado, os pais exercem legitimamente seu papel ao transmitirem seus valores particulares aos filhos, por outro lado, o papel da escola é o de ampliar esse conhecimento em direção à reflexão, opinar sobre o que lhe foi ou é apresentado. Por meio da reflexão o jovem poderá, então, encontrar um ponto de auto-referência, o que possibilitará o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

Os meios de comunicação têm ampla penetração social, e trazem todos os assuntos da contemporaneidade como o abuso sexual, pornografia, pedofilia, diversidades sexuais, o que torna muito difícil para os educadores “competir” com esses meios de comunicação. Abordar o tema, principalmente com crianças, exige algumas habilidades, um pouco de psicologia, sensibilidade, conhecimento, abertura de espaço para que a criança ou adolescente se expresse. Contudo, essa responsabilidade acaba relegada de um para o outro, a família acha que a criança é nova e posterga, ao imaginar que na escola ela estará “mais madura” e instruída. Na escola os educadores acham que é responsabilidade da família, que a criança já foi instruída em casa e não tocam no assunto. Diante de tal situação não se realiza a educação sexual nem no ambiente escolar, nem familiar. Mas afinal, de quem é essa responsabilidade, da escola ou da família?

Frente a este contexto, a responsabilidade da educação sexual é de ambas as partes, conforme se verificou em pesquisas, de modo que uma completa a outra. A escola não concorre e nem substitui a família, ela contribui com a abordagem da sexualidade, ao incluir valores e regras que são colocados pela família.

A família deve transmitir as crianças valores e regras as crianças durante seu desenvolvimento, fazendo com que haja reflexão, do qual irá utilizá-lo em outras fases da vida.

Segundo Figueiró (2001), educação sexual refere-se a toda a ação ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana, no nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual.

Para os educadores, a grande preocupação é que não se está conseguindo transmitir nem os conteúdos básicos necessários à formação dos alunos, quanto mais captar as dúvidas que eles têm em relação à sua sexualidade.

Pela percepção da necessidade de reflexão sobre o tema e a (re) avaliação do trabalho pedagógico em sala de aula, se faz necessário investigar sobre as manifestações da sexualidade, que só poderá ser compreendida pelo olhar dos pesquisadores nos dados de bastidores da realidade, nas causas que dão sustentação e base, que consubstanciam nos dados da história e na lenta e árdua construção social.

Os fenômenos e fatos de natureza moral e social relativos à sexualidade, ao comportamento sexual e à repressão sexual são antigos, acontecem na vida cotidiana desde os primórdios da civilização humana. Como diz Chauí (1981):

“As práticas sociais de controle, proibição e permissão do sexo são antiqüíssimas, porém o estudo de seu sentido, de suas causas, de suas variações no tempo e no espaço é um estudo recente, não sendo casual que os dicionários registrem como tardio o surgimento da palavra sexualidade, momento em que o termo sexo passa a ter sentido muito ampliado, especialmente quando os estudiosos passaram a distinguir e diferenciar entre necessidade física e biológica, prazer (físico, psíquico), e desejo (imaginação, simbolização)”. (CHAUÍ.1981)

Desde a antiguidade a arte e a literatura tratam das práticas sexuais, em quadros e esculturas, em poemas e manuais, em obras filosóficas e romances. Aristóteles, Horácio, Ovídio, Artedomiro – que foi estudado por Foucault – Boccaccio, com o Decameron, e o Marquês de Sade, são bastante conhecidos. Filene, uma mulher do século IV a.C., e a vasta literatura de aconselhamento sexual do século XVIII são igualmente importantes, mas desconhecidos por muitos historiadores (KING, 1998; PORTER, 1998).

Ao longo dos séculos, desde a antiguidade, atitudes, padrões e normas pró e anti-sexuais (USSEL, 1980) permeavam as práticas sexuais na sociedade e, elasticamente, modalidades de prazer e desprazer sexual se alternavam e até conviviam simultaneamente, tornando confusa e ambivalente a conduta sexual no Ocidente.

De acordo com Foucault (1988), nos últimos três séculos, sem deixar de levar em consideração suas transformações históricas, há em torno do sexo uma verdadeira explosão discursiva.

Há uma variedade de aparelhos inventados para se falar de sexo, para nos fazer falar, para escutar, registrar, classificar, o que dele se diz, mas, ao mesmo tempo valorizando-o como segredo. Nesta explosão discursiva, sem dúvida há um refinamento do vocabulário utilizado, as palavras para expressá-lo são controladas, definiram quando e onde falar dele, em quais situações, quais locutores e interlocutores.

Entre estes aparelhos está a instituição escola. Na evolução histórica da educação sexual, percebe-se a preocupação em achar respostas ao comportamento da sociedade, dados novos sobre saúde, economia, educação se estabeleciam em cada época, mas somente no século XX, ela surge para suprir as necessidades da sociedade.

Podemos dizer então que a educação sexual surge, no século XX, e traz em seu bojo, significativamente, as concepções médico-higienistas, que influenciaram profundamente a política educacional oficial no século XIX, e passa a ser uma reivindicação da sociedade civil organizada.

Segundo Guimarães (1995), a educação sexual nasceu com o objetivo de combater a masturbação, as doenças venéreas e preparar a mulher para o papel de esposa e mãe. Sempre com objetivos de “saúde pública” e de “moral sadia”, procurando assegurar-se a saudável reprodução da espécie. Mas a educação sexual existe de fato ou de direito?

A inserção médica na Educação se intensificou nas primeiras décadas do século XX, quando surgiram as primeiras e numerosas propostas para o desenvolvimento da educação sexual. Não obstante, trata-se de um discurso muitas vezes carregado de preconceitos originários da repressão sexual Vitoriana.

O discurso médico substituiu o discurso religioso, e a “ciência” passou a dar explicações que antes apenas tinham a conotação moral e o sentido de pecado dados pela religião católica. Isto se aplica particularmente aos comportamentos e atitudes frente ao sexo: os saberes sexuais foram institucionalizados; foi criada a sexologia, uma “especialidade” médica que lidava com as chamadas perversões sexuais; o discurso médico voltou-se para a criança, com vistas a que ela tivesse um desenvolvimento sadio, e conseqüentemente, passou a defender uma “nova” educação, propondo a crítica a antigas posturas dos professores e antigos métodos de ensino.

Estudos sobre a sexualidade se intensificaram e o discurso médico-científico da época se colocou como responsável pela profilaxia, classificação e estudo das doenças sexualmente transmissíveis e do comportamento sexual desviante. Sem abandonar a moral religiosa que norteava as questões sexuais, os médicos deram uma cientificidade a uma temática que recebia fortes influências da Igreja.

O ideal higiênico do século XIX preocupado com a profilaxia das doenças em geral, voltava-se para as famílias, para a intimidade dos lares, e teve sua esfera de influência ampliada para questões da vida amorosa.

A concepção higienista também está presente nos livros didáticos, que em sua maioria, ainda hoje, reforçam os papéis sexuais. Historicamente, pois, a escola aparece como um agente reforçador dos papéis sociais/sexuais do homem e da mulher, com supremacia masculina. A linguagem também, culta ou popular, reforça a diferenciação desses papéis sociais/sexuais; se isoladamente a linguagem não parece conter tal poder, analisada numa perspectiva social se constitui em mais um mecanismo de controle sobre os indivíduos, sendo a escola espaço privilegiado de sua atuação, pois é lá que ela é ensinada.

Do combate à sífilis e às doenças venéreas, que marcaram a passagem do século XIX para o século XX, até o advento da AIDS, por volta de 1980, contando ainda com as mudanças do comportamento sexual decorrentes do movimento hippie e da disseminação da pílula anticoncepcional, podemos ter vários recortes que possibilitaram o desenvolvimento de importantes estudos, divididos para se poder entender e aprofundar o todo. De 1960 para cá, mudanças ou transformações culturais decorrentes da guerra do Vietnã, do movimento hippie, do advento dos contraceptivos orais, das oportunidades vivenciadas pela mulher no mercado de trabalho e na sociedade em geral, e, particularmente do aparecimento da AIDS, motivaram ou impulsionaram grande parte das pesquisas que têm a sexualidade como objeto de investigação.

De acordo com a legislação oficial, em 1971, com o surgimento da lei 5.692/71, aparece a obrigatoriedade da Orientação Educacional, a cargo do orientador educacional, agora com formação superior. Esta lei fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º. E 2º graus. Não havia nenhuma proibição formal contra a educação sexual, embora tampouco seja mencionada.

De acordo com Barroso e Bruschini (1982), o que vamos encontrar na legislação é o parecer nº 2.264/74 do Conselho Federal de Educação, aprovado em agosto de 1974, onde se menciona a educação sexual como um objetivo a ser desenvolvido nos programas de Educação do 2º grau. Portanto, falar ou não sobre sexualidade ficava a cargo dos “especialistas” da educação e da Saúde.

Em nível oficial é só em 1995 que a educação sexual escolar ganha impulso com a proposta de implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que objetivaram oferecer diretrizes mais claras às políticas para a Educação no âmbito do ensino fundamental.

Nos PCN a educação sexual aparece como orientação sexual dentro da área do Convívio Social e Ética no Ensino Fundamental. Assim a educação sexual escolar surge oficialmente como orientação sexual, aparecendo no currículo de forma transversal, ou seja, não como uma disciplina específica a cargo de um professor, mas como responsabilidade de todos, devendo ser discutida em todas as disciplinas.

Com o aparecimento da AIDS a educação sexual passou a ser incentivada com grande veemência. Conforme reportagem do Jornal do Brasil (1993), e segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), a educação sexual nas escolas não leva à sexualidade precoce, tampouco estimula a promiscuidade, conclusão a que se chegou por meio de uma análise de trinta e cinco estudos feitos por vários países sobre o tema.

A OMS lamenta que esta crença exista, porque se constitui em uma barreira contra a introdução de programas de prevenção contra o HIV e a Aids para a juventude. Dezesesseis dos estudos analisados por esta instituição indicaram que a abordagem do sexo nas escolas chegava a retardar a iniciação sexual. Mostrou-se também que, entre os jovens sexualmente ativos, a educação sexual levou a uma diminuição da atividade ou estimulou a adoção de práticas mais seguras. Este estímulo da OMS à educação sexual nas escolas se deve, provavelmente, aos índices alarmantes de infectados pelo HIV. Há várias Ongs que também colaboram dando estímulo como parceiras com o Estado para tratar do tema

A sexualidade é “objeto” de diversos campos da ciência, mas, no que concerne à educação a produção “científica” nesta temática ainda é escassa e, em sua maioria, reprodutora acrítica, do dizer de verdades postas por outros cientistas.

Nas últimas décadas do século XX mudou, e muito, o comportamento afetivo e de relação entre adolescentes e jovens. Valores totalmente contestadores foram incorporados, a pílula anticoncepcional passou a fazer parte do cotidiano feminino, tabus como virgindade foram questionados, a iniciação sexual foi antecipada e a gravidez na adolescência preocupa pais e educadores, surgiu a já mencionada AIDS e a televisão passou a fazer propaganda de preservativos.

Segundo Ribeiro (2002), não é mais possível esconder que os adolescentes e jovens têm um comportamento sexual ativo, que necessita de orientação, não no sentido moral ou repressor das décadas de 30, 40 e 50, mas em sua dimensão de relação entre os sexos, de vida social e afetiva, de crescimento pessoal, onde se possa tanto debater e questionar tabus e preconceitos quanto incorporar conhecimentos de anatomia e fisiologia sexual, ao mesmo tempo em que se lida com a ansiedade, o medo e a culpa.

A grande preocupação hoje, e com enfoque especial dentro do tema sexualidade, é o abuso sexual e os casos de pedofilia via Internet, que estão sendo debatidos constantemente nos meios de comunicação, devido ao aumento incontrolável de casos, que provocam o medo e a angústia de toda a sociedade.

O abuso sexual pode ser definido, como “qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras sociais e legais da sociedade”. (PIRES. 1999: 61).

A escolha do abuso sexual como enfoque do trabalho considera o fato de este ser, dentre os abusos, aquele que provoca os piores prejuízos psicológicos para a vítima (Caminha, 1999; Monteiro, Abreu, Phebo, 1997; Azevedo, Guerra, 1997). Esses prejuízos podem ser dificuldades de adaptação interpessoal, sexual e afetiva (Azevedo, Guerra, 1997).

O abuso sexual é considerado uma “modalidade privilegiada” de violência doméstica contra a criança, na medida em que além das práticas sexuais propriamente ditas pode implicar agressão física e abuso emocional (Azevedo, Guerra, Vaiciunas, 1997).

O abuso sexual infantil é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 7-36% das meninas e 3-29% dos meninos sofreram de abuso sexual. As estatísticas não são dados absolutos visto que muitas crianças só revelam o fato na idade adulta. Trabalha-se com um fenômeno que é encoberto por segredo, há “um muro de silêncio”, em que todos os que se relacionam com a vítima, incluindo a mesma, se calam.

Na assistência a crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos, há de se considerar que, em aproximadamente 20% de todos os casos, existe o abuso sexual sempre acompanhado das agressões psicológicas, como todas as formas de violência nesta faixa etária.

Os casos mais freqüentes de violência sexual até a adolescência são decorrentes de incesto, ou seja, quando o agressor tem ou mantém algum grau de parentesco com a vítima, o que determina uma maior gravidade psicológica.

O agressor usa da relação de confiança ao transmitir “carinho”, e a criança se sente protegida, mas quando a criança cresce um pouco e passa a entender o que está acontecendo, esse agressor impõe a ela a culpa de ter aceitado esse “carinho”, e coloca em dúvida a importância que ela tem para a família, o que diminui sua auto-estima, seu valor e então ameaça a vítima com a exigência de silêncio. As mães das vítimas, dependendo de seu histórico, condições financeiras, e dependência do parceiro, reagirão de formas diferentes ao saber do incesto.

O abuso sexual infanto-juvenil é incluído no item “Crime Contra a Liberdade Sexual”. O abuso e a exploração sexual são situações previstas no Código Penal desde 1940, e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), desde 2000.

As estatísticas internacionais da violência contra crianças e adolescentes, são relativamente fáceis de serem encontradas na literatura, mas não existem estatísticas comprovadas sobre o número de crianças e adolescentes explorados sexualmente no Brasil, por ser um campo ainda de estudo e investigação pouco explorado pelas autoridades competentes. No entanto, constata-se que o índice de crimes e atos de violência contra crianças e adolescentes vem aumentando significativamente na última década.

Os dados epidemiológicos sobre o abuso sexual na literatura brasileira não são abrangentes, correspondendo a locais isolados e amostras parciais. Além disso, os dados levantados em delegacias, conselhos tutelares e ambulatórios não refletem a realidade das ocorrências. Estudos do Instituto Médico Legal – IML – e do Programa de Atenção a Vítimas de Abuso Sexual – Pavas – em São Paulo, avaliam que apenas 10% a 15% dos casos são revelados.

A omissão deve-se ao fato de esse tipo de violência ser acompanhado de culpa e vergonha, sendo que na maioria das vezes, como ocorre dentro de casa, tal violência permanece, no dizer de Saffioti (1996), “silenciosa”. Outro indício que corrobora as afirmações acima, é que o agressor, nos casos de abuso sexual intrafamiliar, em 69,6% dos casos é o pai, em 29,8% é o padrasto e em 0,6% é o pai adotivo (Saffioti, 1996).

O estudo, em que Drezett (2000) analisou 1.200 casos de violência sexual documentados no Hospital Pérola Byington de São Paulo, constata por sua vez que em 84,5% dos casos de violência sexual contra a criança o agressor era conhecido da vítima, sendo que em 21,7% o pai era o agressor, em 16,7% o padrasto, em 1,6% o pai adotivo, em 11,6% era o tio, em 10% o avô, em 16,7% o vizinho e em 21,7% o agressor era outro conhecido da família. A incidência de abuso sexual no círculo familiar é bastante superior aos casos de abuso extrafamiliar, sendo que este último ocorre em apenas 15% dos casos notificados (Flores, 1998).

Uma vez que o principal agressor sexual encontra-se na família, a escola mostra-se como local ideal para detecção e intervenção junto a tais casos. Uma das conseqüências do abuso é a prostituição juvenil, em que a maioria das meninas menores de idade é de classe média e passaram por longo processo de vitimização no lar, pois perderam a virgindade em conseqüência deste processo.

A violência por abuso sexual é mais difícil de ser identificada por não apresentar, na maioria dos casos, marcas físicas. Se aos profissionais envolvidos com a criança fosse possibilitado o acesso à capacitação continuada, a identificação de vítimas possivelmente tornar-se-ia mais fácil.

Considerando que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida dos alunos, bem como promover a cidadania, urge capacitar professores para enfrentarem a difícil questão do abuso sexual infantil.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é o de desmistificar as informações que nossos alunos trazem sobre sexualidade, dentro da realidade em que vivem, com enfoque especial sobre o tema abuso sexual. Dentro de limitadas possibilidades, identificar os casos de abuso, levar informações necessárias que sirvam de subsídios para alertar as crianças e adolescentes das ameaças que as rodeiam, e esclarecer sobre a legislação que envolve o tema e os direitos da criança e do adolescente.

O trabalho foi desenvolvido em sala de aula, em que os participantes do estudo foram os alunos da 5ª série do ensino fundamental, num total de sessenta e sete crianças, na faixa etária entre dez a quinze anos.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas dinâmicas de grupo, que é uma atividade divertida e ao mesmo tempo abre espaço para o debate, o diálogo, e por meio de trocas de experiências, reflexão, conhecimento e atitudes. Conseqüentemente identifica-se, a saber, o que cada aluno traz para, a partir daí, introduzir conceitos e medidas preventivas.

Metodologia

Todo o trabalho para ser desenvolvido foi estruturado em algumas etapas. Primeiramente foi realizada uma reunião com a direção da escola e equipe pedagógica onde o projeto foi desenvolvido. No começo do ano houve reunião com os pais e alunos, para esclarecer o tema do projeto e como seria desenvolvido.

Durante o ano, em datas alternadas, foram aplicadas dinâmicas diferenciadas, com retorno das dúvidas levantadas pelos alunos em aulas posteriores, repassando o conhecimento científico do tema levantado anteriormente por eles, com discussões e troca de experiências. A cada dinâmica, os alunos registravam suas respostas.

Foram aplicadas duas dinâmicas com objetivos diferenciados, que incentivaram os adolescentes a refletirem sobre sua auto-estima, a identificar seus valores de vida e tentar buscar soluções decisivas para as situações da vida real.

Na primeira dinâmica, foi solicitado que cada um colocasse em uma folha de papel, de um lado um sentimento positivo, e do outro, um negativo, sem identificação de nomes. As folhas foram recolhidas e suas produções lidas aleatoriamente. A seguir o professor distribuiu aos alunos cartões de cartolina colorida, cada uma com um significado: vermelho para indicar que algo chateou muito este aluno; o azul para indicar que o chateou mais ou menos; o branco indicava que não o chateou. Em seguida, são lidas a critério do professor as palavras que as próprias crianças haviam listado, e a cada palavra mencionada pelo professor, cada aluno levantava um cartão para mostrar seu sentimento quanto àquela palavra citada pelo professor. De acordo com as cores usadas na demonstração, pôde-se analisar a gama de sentimentos expressos.

São delineadas algumas questões para possíveis reflexões do professor, para discussão com a turma:

Quais os pontos que mais incomodaram a turma?

1. Quais as situações que não interferiram na auto-estima dos alunos?
2. Quais as cores que mais apareceram?
3. Quais as alternativas que poderiam melhorar a auto-estima dos alunos?

Na segunda dinâmica aplicada, o professor pediu que os alunos ficassem em silêncio, fizessem a reflexão do que é mais importante em sua vida. Em um pedaço de papel dividido em três partes, colocaram em ordem de prioridades três palavras que correspondiam a um valor na vida do adolescente. Em seguida o professor deixou marcada no chão uma escada com fita crepe, e pediu aos alunos que colocassem uma tira com uma palavra escrita em cada degrau, respeitando a ordem decrescente de importância.

Em seguida são delineados alguns pontos de discussão:

1. Grau de dificuldade em detectar Qual o os principais valores?
2. Quais os tipos de valores que mais apareceram?
3. Encontram-se na mesma ordem de prioridade?
4. Durante nossa vida esses valores podem se modificar?
5. Qual a relação entre os valores da vida e a prevenção?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira dinâmica, o objetivo era o de incentivar os adolescentes a refletirem sobre sua auto-estima. No entanto, ao analisar as respostas dos alunos, verificou-se que, no geral, esses alunos possuem baixa auto-estima. Muitos termos utilizados como pontos negativos eram palavras como: “ brigas, violência, feio, burro, separação dos pais”.

Ao analisar os aspectos positivos e negativos como respostas das dinâmicas, descobriram-se os sentimentos que cada um traz, as dificuldades pelas quais passam, as carências estabelecidas dentro da realidade vivenciada no local onde residem.

Na 5ª série D, contendo 28 alunos, no dia em que foi aplicada uma das dinâmicas, os termos mais utilizados foram os relacionados à perda de familiares ou de pessoas próximas (14,2%), abuso de bebidas alcoólicas (14,2%), doenças (14,2%), sexo (14,2%), abuso de drogas (14,2%), falta de carinho (14,2%). Em menor proporção, apareceram as expressões fome (10,7%), ato de fumar (10,7%) e as brigas (7,1%).

Com relação à 5ª série C, contendo 15 alunos, as expressões mais utilizadas foram: prostituição (20%), abuso sexual (20%), estupro (13,3%), maus tratos (6,6%), separação e brigas com (13,3%).

Na 5ª série B, contando com 28 alunos, os termos mais utilizados foram: aborto (28,5%), brigas (32,1%), traição (14,2%), estupro (10,7%), separação dos pais (10,7%), falta de carinho (3,5%).

Os pontos positivos mais utilizados foram: felicidade, amor, amizade, mas os pontos negativos são muito significativos para o trabalho, pois retratam a realidade destes adolescentes, as violências pelos quais eles passam, e as carências estabelecidas pela família, sociedade. Foram levantados alguns temas de curiosidade dos alunos como gravidez, drogas, esclarecidas em aulas posteriores.

Percebe-se nitidamente a dificuldade de auto-análise, que pode ser devido à faixa etária em que se encontram (10 a 15 anos), por não saberem diferenciar o que é positivo ou negativo em suas vidas, e ainda a forte influência da televisão aliado a falta de esclarecimentos pela família acerca dos assuntos que surgem em sala de aula.

Outro aspecto observado foi uma certa falta de coerência em relação aos valores que são considerados normais, pois muitos alunos usaram o cartão vermelho (que deveria indicar sentimentos negativos) nos momentos em que eram citadas palavras positivas, e usaram cartão branco (que deveria indicar sentimento positivo), nos momentos em que eram citadas palavras negativas.

Foi possível perceber uma certa confusão, possivelmente não intencional, no momento de analisar seus próprios sentimentos, embora alguns alunos demonstrassem claramente a intenção de confundir a professora quando chegava o momento de computar as respostas. Seria puramente por indisciplina? Ou a necessidade de esconder, camuflar sentimentos negativos? São questionamentos passíveis de novas análises, de outras pesquisas.

Uma das maneiras de trabalhar a auto-estima seria oportunizar aos alunos espaços para discussão, reflexão, trocas de experiências, observação de atitudes, levar ao conhecimento deles diversas e diferentes situações, sugerir que observem como todos passam por situações agradáveis e difíceis na vida, e o modo como cada pessoa encontra diferentes maneiras de reagir a elas.

Ao disponibilizar este tempo durante o trabalho realizado, foi possível perceber as dificuldades de muitos alunos, que apresentaram falta de maturidade, crenças equivocadas (tabus, ou mitos), medos, inseguranças, muitas dúvidas a respeito de sexo e sexualidade, timidez, conceitos errados. Contudo, no final, houve o reconhecimento de que necessitavam de esclarecimentos sobre estes assuntos.

O termo abuso sexual também apareceu nas respostas dos alunos, porém de forma confusa, causando medo quando questionados verbalmente se conheciam alguém que fosse ou tivesse sido vítima. Não houve manifestação nem em negação, nem em afirmação, o que comprova a visão que as pesquisas trazem a respeito do tema, ou seja, o assunto, assim como os fatos relacionados a ele, são envoltos em silêncio.

Ao aplicar a segunda dinâmica, com objetivo de auxiliar os adolescentes a identificar seus valores de vida e refletir sobre si mesmos, verificamos que muitos valores prioritários para alguns deixavam de ser para outros.

A discussão sobre os valores apresentados em sala, seguindo a ordem de prioridades, facilitou o entendimento e a aceitação entre os adolescentes de seus próprios “problemas”, ou situações vividas por eles, ao verificarem que todos nós passamos por fases em nossa vida, e as situações mudam em cada uma delas, o que os levou a entender melhor as crenças que lhes são passadas em suas comunidades.

Os valores geralmente estão relacionados com instituições (família, igreja, trabalho), sentimentos (amor, paixão, paz, prazer), ou princípios éticos (honestidade, verdade, coerência). Portanto repensar, reordenar, complementar e substituir valores faz parte da dinâmica da vida.

A maior dificuldade encontrada na aplicação desta dinâmica foi a falta de entendimento de alguns termos utilizados, devido a dificuldade de interpretação por parte dos alunos, pois grande parte deles chegam à 5ª série com grande dificuldade de leitura, interpretação e vocabulário bastante restrito. Motivo pelo qual o tempo destinado para a realização da intervenção precisou ser maior do que o esperado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V.N. A; VAICIUNAS, N. O incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-crianças e suas conseqüências psicológicas. In: AZEVEDO. M. A; GUERRA V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997.p. 195-209.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, v. X Tomo II, III, IV, 1947. (**Coleção Obras Completas de Rui Barbosa**).

BARROSO, Carmen & BRUSCHINI, Cristina. **Educação sexual**: debate aberto Petrópolis (RJ), Vozes, 1982

CAMINHA, R. M. A. Violência e seus danos a criança e ao adolescente. In: AMENCAR (org). **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF, 1999.p.43-60.

CHAUÍ, M. Educação sexual: instrumento de democratização ou de repressão? **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 36, 1981.

DREZET, J. Aspectos biopsicossociais da violência sexual. **Jornal da Rede Pública**, n.22, 2000.

EGYTO, Antonio Carlos. **A orientação sexual na escola**: um projeto apaixonante. São Paulo. Cortez., 2003.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: Retomando uma proposta, um desafio. 2. Ed. Londrina: UEL, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary N. D. **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina .Eduel,2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 6ed. Petrópolis:Vozes, 1998.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas (SP), Mercado das Letras, 1995.

MAISTRO, Virgínia, I, de A. **Projetos de Orientação Sexual na Escola: seus limites e suas possibilidades.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática). UEL, Londrina - Pr.

MONTEIRO, L; ABREU, V. I. ; PHEBO, L. B. **Abuso sexual: mitos e realidade.** Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.

NUNES, C. A. **Filosofia, sexualidade e educação:** as relações entre os pressupostos éticos, sociais e históricos culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar.1996. Dissertação (Doutorado em Filosofia da Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

NUNES, C. & SILVA, E. . **As Manifestações da Sexualidade da Criança. Campinas.** Ed. Século XXI, 1997.

NUNES, C. & SILVA, E. **A educação sexual da criança:** subsídios e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 72).

PIRES, J. M. A. Violência na infância: aspectos clínicos. In: AMENCAR (org.): **Violência doméstica.** Brasília: UNICEF, 1999, p. 61-70.

PORTER, Roy e TEICH, Mikulas. Conhecimento Sexual, ciência sexual. São Paulo: UNESP, 1998. In: RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual: além da informação.** São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Sexualidade e Educação sexual:** apontamentos para uma reflexão (org). São Paulo: Cultura Acadêmica. Editora, 2002.

SAFIOTI, H. I. B. **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo?Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In :AQUINO, Júlio Groppa (Org). **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Sumus, 1997.p.107-117.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo.** 16 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1990.

USSEL, J. V. **Repressão sexual.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

